



OS DESAFIOS DO PROFESSOR DA SALA REGULAR DE ENSINO, NUMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO POLÍTICAS PÚBLICAS.

Sandra Maria Ramos Cavalcante de Moraes

RESUMO

Este estudo reflete os desafios dos professores sobre a inclusão escolar como políticas públicas, que venha beneficiar crianças-jovens com deficiência intelectual, no interior das escolas da Rede Regular de Ensino Público, através da inclusão, que nos dias atuais vem desencadeando uma verdadeira revolução, que possibilita redefinir velhos parâmetros sobre alunos com deficiência intelectual, sendo estes vistos pela sociedade como pessoas estigmatizadas a ponto de serem excluídas e marginalizadas. A inclusão e as práticas pedagógicas específicas para esses educandos é o termo chave desse estudo. Visando buscar explicações para as questões presentes no cotidiano escolar e a importância da reflexão sobre o tema. Desta forma, esse artigo faz parte de um estudo de natureza bibliográfica, através de vários autores tendo como objetivo a investigação da inclusão de alunos com déficits no cognitivo no interior da instituição escolar sobre a ótica dos professores analisando os alunos “diferentes”. Neste sentido, pode-se concluir que a formação e capacitação dos profissionais da educação envolvidos nesse processo de inclusão não é suficiente decorrente da falta de políticas públicas.

Palavras-chave: Desafios do professor, Políticas públicas, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos assistido a um movimento voltado para inclusão escolar de alunos com déficit cognitivo, sob a ótica dos professores do Ensino Fundamental, bem como das prioridades das Políticas Públicas, que visam consolidar um processo na busca de melhorar a qualidade de ensino e garantir o acesso de todas as crianças no sistema regular de ensino, particularmente, o público.

Nessa perspectiva, as políticas acima citadas refletem tendências educativas que são geradas fora do sistema e que afetam diversas instituições sociais. Na essência dessas reflexões e pela necessidade urgente de mudar esse quadro, os novos paradigmas teóricos sugerem a prática cotidiana dos princípios democráticos da Educação Inclusiva, que favoreçam o desenvolvimento escolar e a reflexão educativa. Assim sendo, o objetivo de estudo em questão é processo da educação inclusiva nas escolas públicas e tem como referência dominante a capacitação dos profissionais da educação em suas práticas do ensino básico inclusivo.

Acreditamos que para o êxito do processo inclusivo nas escolas regulares é necessário que, as políticas públicas busquem recursos, que contribuam para o bom desenvolvimento intelectual e social dos educandos que apresentam algum tipo de deficiência intelectual, rompendo barreiras

através de reflexões e práticas educativas compatíveis com as dificuldades e competências de cada aluno.

Investigando essa temática deparamos com textos e autores que confirmaram essa nossa fragilidade de conhecimentos e que nos incentivaram a investigar o problema que se funda no seguinte: se o Deficiente intelectual é um aluno que necessita de acompanhamento permanente e de mediação constante de um educador, para que se efetive o seu desenvolvimento e sua aprendizagem; será que a escola pública ou particular está estruturada para recebê-lo? Que teóricos têm discutido essa problemática? Por que o MEC defende a inclusão? Como as escolas regulares se posicionam a esse respeito? E os professores, o que dizem?

Portanto, embasado na seguinte hipótese: por não estarem preparadas para o acolhimento desses alunos as escolas, poderão contribuir para tornar a inclusão numa exclusão mais contundente, tendo em vista que a educação inclusiva pressupõe a formação continuada de professores para adequar currículos e metodologias a serem desenvolvidas com esses alunos.

Com base nessas hipóteses construíram-se objetivos que norteiam o estudo. São eles: analisar se as escolas estão aptas fisicamente ou psicologicamente para receber alunos com deficiência intelectual; Construir reflexões que ressignifiquem as práticas educativas que contemplem no manejo com as diferenças; Fomentar o desenvolvimento de estruturas que colaborem para a continuidade da construção de um modelo educacional inclusivo nas redes públicas de ensino.

As práticas educativas vêm sendo aprimoradas a cada dia, para que se possa acompanhar o desenvolvimento do aluno envolvido no processo de ensino e aprendizagem. Os fatores que influenciam nas mudanças já existentes são fatores sociais, culturais, econômicos, entre outros. É a partir da vivência dos alunos e do seu contexto social que poderemos elaborar atividades pedagógicas que venham ao encontro das necessidades e particularidades dos nossos alunos.

As mudanças e as adaptações das práticas educativas existentes são fundamentais para um bom desenvolvimento do trabalho, pois conhecer e tentar entender o mundo no qual o aluno está inserido é o primeiro passo a ser desenvolvido. Proporcionar atividades interessantes que cativem a curiosidade do aluno é essencial.



Portanto, são atividades concretas e bem fundamentadas que poderão guiar o professor a desenvolver as capacidades de seus alunos, a partir de uma nova perspectiva em relação ao aluno e suas diferenças. Isso também fará com que ele venha a ter um melhor desenvolvimento, respeitando sempre suas características e especificidades e o seu tempo de aprendizado.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO A SER ENFRENTADO

A importância desse projeto nas práticas educativas que vêm sendo aprimoradas a cada dia, para que se possa acompanhar o desenvolvimento do aluno envolvido no processo de ensino e aprendizagem. Os fatores que influenciam nas mudanças já existentes são fatores sociais, culturais, econômicos, entre outros. É a partir da vivência dos alunos e do seu contexto social que poderemos elaborar atividades pedagógicas que venham ao encontro das necessidades e particularidades dos nossos alunos.

Mediante esse contexto pretende abrir um espaço de reflexão sobre as complexas questões que se colocam entre a educação inclusiva e os desafios a serem enfrentados no cotidiano escolar. Nesta perspectiva, a Educação Inclusiva propõe uma consciência de direitos e valores, porque é na escola que a criança e o adolescente passam a conviver num ambiente coletivo diversificado socialmente fora do contexto familiar. Enfatizamos assim o processo educacional dos alunos (as), especificamente aqueles (as) com déficits intelectuais, valorizando o trabalho com as diferenças e a potencialização de seus valores. É preciso que a escola ofereça a todos os alunos (as) condições necessárias para que se tornem cidadãos ativos participantes e independentes, contribuindo para o exercício da cidadania e para a realização do processo de inclusão educacional e social.

No bojo dessas reflexões, enfatiza a formação dos profissionais da educação, ressaltando que nem todos os recursos da pedagogia habilitam o professor (a) a trabalhar com todos os tipos de deficiências. Assim sendo, cabe ao professor (a) tomar consciência de que ele será um eterno pesquisador, transformando cada desafio numa busca de novos conhecimentos e possibilidades.

Uma das principais prioridades passa a ser o conhecimento de cada aluno (a) para descobrir suas habilidades, aptidões e interesses, o que permite planejar atividades flexíveis que atendam as necessidades da turma.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a teoria de Piaget e de seus seguidores, trata sobre a ideia do desenvolvimento de um indivíduo psicológico, individualizado, que constrói seus

conhecimentos tendo como base outro conhecimento, pouco a pouco sistematizado e integrado, de modo que se formem esquemas sucessivos de novos conhecimentos, os quais revelam através do convívio a autonomia intelectual desse educando na sala de aula.

No interior dessa reflexão, busca-se o que proclama a declaração de Salamanca (1994): o acolhimento de todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas.

Assim, a escola inclusiva é concebida como um ambiente promissor de realizações, de sonhos possíveis para os alunos garantindo-lhes um mundo melhor, mais humano e mais justo. Para o professor (a), representa desafios a serem enfrentados em um espaço de interação e trocas.

A partir dessa realidade, e mediante os questionamentos referentes à forma de atuação, a escola reconhece a urgência de uma transformação curricular quanto aos conteúdos, às atividades de ensino-aprendizagem, recursos materiais, equipamentos e avaliações utilizadas.

POLITICAS PÚBLICAS PARA ALUNOS ESPECIAIS

Este tema, objeto de longos debates, acirradas disputas e inúmeras emendas ocasionaram a formulação final da LDB/ 96. Isto significa que as escolas públicas ou privadas devem oferecer programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno e/ou quando necessário ao bem estar do educando.

Neste programa, devemos considerar que o Brasil ao assinar a sua adesão à Declaração de Salamanca, 1994, assume o compromisso internacional junto a Organização das Nações Unidas (ONU) para Educação, a cultura, como fim de gerar políticas públicas que venham a beneficiar todos os alunos no interior da escola pública, vivendo experiências acadêmicas suficientes para superar os déficits que os condenam à exclusão, a segregação e o desestímulo que os conduzem a abandonar as salas de aula.

Nessa perspectiva, é possível avaliar o compromisso ou a fragilidade dessa política ante os direitos e interesses dessas crianças/jovens com base, entre outras, em duas fontes de dados: os senso escolares e o Plano Nacional de Educação (PNE).

Prorrogada pela Portaria 948, de 2007, a Portaria 555 nomeia o grupo de trabalho para elaborar a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, que então veio a ser publicada em 2008. Os objetivos dessa política nacional são: “o acesso a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização dos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas”.

Para realizar esse trabalho fiz uma análise para saber qual era a postura das professoras que tinha em sua sala alunos com deficiência intelectual.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no mês de fevereiro a março de 2016, tendo sido escolhido a Escola Municipal Dr. Fernando Cunha Lima, localizada na Rua Apolônio Borges de Sales-46 na cidade de Alagoa Nova. Que atende 300 alunos, sendo apenas 15 com deficiência intelectual comprovada e outros possíveis casos.

O objetivo desse estudo foi obter informações concretas sobre o olhar do professor no fazer da sala comum numa perspectiva da educação inclusiva.

Desta forma foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário com dez (10) questões referentes à temática, distribuindo com quatro profissionais que convivem com alunos com deficiência intelectual diariamente.

CONCLUSÃO

Ao finalizar essas reflexões, afirmamos que as posturas pedagógicas sinalizam o panorama educacional em várias perspectivas educacionais, políticas e sociais.

Neste sentido, esperamos que o estudo realizado sobre as percepções do corpo docente do ensino regular e a inclusão escolar como políticas públicas venham a contribuir de forma significativa para o processo ensino aprendizagem da criança/jovem que apresenta deficiência intelectual, buscando assim, enriquecer a dinâmica das relações sociais, bem como inovar a prática pedagógica e corrigir as políticas públicas, de forma a favorecer a favorecer estes educandos no interior da escola pública.

Sabemos que a inclusão é um processo educativo para todos, pautado no ensino especializado para os alunos com déficits cognitivos, ou com outras necessidades educativas. Assim sendo, é necessário recursos físicos e meios materiais para a efetivação de uma escola de qualidade cedendo prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e meios de interação na escola, exigindo mudanças e adequação do currículo vigente, seguindo da avaliação contínua que favoreça o desenvolvendo intelectual, cognitivo, além de despertar o educando novas habilidades e perspectivas educativas.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M; PORTER, G.; WANG, M. **Caminhos para as Escolas Inclusivas**. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação e da Cultura. **Direito a Educação MEC/SEESP**. Brasília, DF, 2004.

FERREIRA, Júlio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: (org) RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: Doze olhares a educação inclusiva**. São Paulo; Editora Summus, 2006.

MAZOTA. M.H.S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo, Cortez, 1997.

Inclusão. Revista da Educação Especial da Secretária de Educação/ MEC, Ed. Especial, v. 4, n.1, janeiro/junho 2008, p.14.